

IBGE: número de trabalhadoras domésticas caiu em dez anos[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

País registrou aumento na atuação de diaristas Número de domésticas com carteira assinada caiu - Arquivo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que em dez anos o número de empregadas domésticas diminuiu. Neste período, houve crescimento da atuação de diaristas. Atualmente, três em cada quatro trabalhadoras domésticas no Brasil trabalham sem carteira assinada. Quando a profissional trabalha até dois dias na mesma casa, não fica configurado relação trabalhista e não há obrigação de pagamento de encargos. As mulheres são a maioria da categoria, ocupando 92% das vagas de trabalho doméstico no Brasil, sendo 65% delas, mulheres negras. A trabalhadora doméstica Edriana de Souza Ribeiro, de 50 anos, já atuou como diarista, mas desde 2004 optou por buscar um emprego com carteira assinada, em razão dos benefícios. Os seus empregadores, entretanto, só passaram a recolher o FGTS quando virou lei em 2015; até então, o recolhimento era opcional. “A PEC [em 2013] não igualou os direitos, só senti alguma diferença de verdade na regulamentação em 2015”, explicou. Crises A classe média foi o segmento que mais perdeu renda durante a pandemia, afetando as contratações de domésticas mensalistas. Além disso, com a adoção de home office, muitos assumiram parte das tarefas domésticas antes desempenhados pelas trabalhadoras domésticas. “As pessoas também não tinham renda para contratar empregadas domésticas e, quando faziam, começaram a fazer mais de maneira informal ou como diarista, duas vezes por semana, pois há a possibilidade de não ter encargos trabalhistas. E, assim, essa modalidade se expandiu ao longo do tempo”, explicou a coordenadora geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Luiza Batista. Um fator demográfico também contribui para a preferência por diaristas, que é a redução no tamanho das famílias. Segundo o economista Marcelo Neri, diretor do centro de estudos FGV Social, em dez anos, o número de pessoas por famílias caiu 10%. Para Luiza, além das demissões, a pandemia trouxe insegurança às trabalhadoras em relação à própria doença, já que muitas não tiveram a opção de fazer isolamento social ou foram requeridas a ficarem na casa dos patrões. “Não era preocupação com a vida das trabalhadoras, era com o bem-estar e servidão que eles queriam, prova disso é que uma das primeiras mortes no Brasil foi de uma trabalhadora doméstica no Rio de Janeiro”, disse. Segundo ela, a Fenatrad fez diversas campanhas durante a pandemia, como a que pedia que os empregadores deixassem a trabalhadora em casa com o salário pago. “Apenas dois mil empregadores fizeram isso, num universo de milhões de trabalhadoras registradas”, contou. “Na hora de readequar o orçamento, quem primeiro é excluída do orçamento é a trabalhadora doméstica. Quando ela fica sem renda, aceita fazer as tarefas mais pesadas daquela casa em dois dias na semana recebendo por diária. Porque ela está desempregada, não tem outra fonte. Isso torna uma situação favorável para que as leis não sejam respeitadas”, disse Luiza. Carteira assinada Há quase 6 milhões de trabalhadores domésticos no Brasil. Em 2013, havia 1,9 milhão com carteira assinada, em 2022, o ano fechou com 1,5 milhão de pessoas registradas. As trabalhadoras informais somavam 4 milhões em 2013 e até o ano passado eram 4,3 milhões sem carteira assinada. “Houve uma troca de formal por informal, uma reação adversa. Olhando para as séries, não temos muito o que comemorar em termos de ganhos sociais para as empregadas domésticas porque o nível de emprego formal caiu. Em particular, durante a pandemia houve uma queda forte tanto no emprego formal quanto informal, mas o informal já se recuperou enquanto o formal ainda está 15% abaixo do nível que estava antes da pandemia”, explicou Marcelo Neri. A renda média da categoria também estagnou, de R\$ 1.055 para R\$ 1.052 em 2022. Considerando apenas os trabalhadores domésticos sem carteira assinada, a renda ainda continua abaixo de mil reais, passando de R\$ 886 em 2013 para R\$ 907 em 2022. Entre aqueles com registro em carteira, a renda média alcançou R\$ 1.480 em 2022, ante R\$ 1.434 de dez anos atrás. “Empreendedoras” Além daquelas que atuam na total informalidade, muitas trabalhadoras domésticas optam por se registrarem como microempreendedor individual (MEI) e atuarem como diaristas. O MEI garante alguns direitos como aposentadoria por idade, salário maternidades e auxílio-doença, mas não outros previstos na

de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como férias remuneradas e 13º salário. Francisca Araújo de Carvalho, de 48 anos, começou a trabalhar como diarista e optou por se registrar como MEI em busca de uma remuneração melhor. “Já trabalhei com carteira assinada, mas prefiro como diaristas porque ganha mais. O lado ruim é em épocas de férias, que as pessoas viajam. Mas eu consigo me organizar e guardar um dinheiro para esses momentos”, explicou. Na avaliação de Luiza Batista, apesar de ser uma alternativa para contribuição à Previdência para as trabalhadoras sem carteira, o MEI não é a solução ideal para a formalização, já que a profissão não tem características empreendedoras. Além disso, o direito a auxílio-doença, por exemplo, depende do julgamento subjetivo do médico perito, que pode não entender a realidade de uma trabalhadora doméstica “empreendedora”. “Eu vejo que o MEI para o trabalho doméstico não é viável. As companheiras têm que analisar, porque ganha um pouquinho mais agora, mas fica fora de direitos que são bem importantes. Tem que se pensar até onde vai a vantagem porque as desvantagens são muitas. A Fenatrad não defende o MEI para a categoria”, disse. Alternativa

Consórcio cresce como forma de aquisição para driblar a alta de juros Modelo pode ser forma de financiamento com baixo custo, mas é necessário cautela e ficar de olho na taxa de administração Diante da alta da taxa de juros neste ano, o consórcio vem crescendo como forma de aquisição. Dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac) apontam crescimento de 20% nos negócios e quase 12% nas adesões no primeiro bimestre de 2023, no comparativo com o mesmo período de 2022. “O consórcio é um grupo de pessoas que se reúnem com a finalidade de um único propósito, que é adquirir um bem ou serviço. Cada associado contribui com uma parcela mensal, que é diluída no prazo total do plano. O bem pode ser adquirido via pagamento de lances ou lance fixo, e é possível também embutir um porcentual da própria carta para ajudar com o lance, ou ainda via sorteio”, explica Jandu Luz Ferreira, coordenador do Produto Serviço Consórcio do Sicredi União MS/TO e Oeste da Bahia. Conforme o coordenador, o consórcio tem diversos atrativos que fazem com que as pessoas optem por esse modelo. “Existem vários motivos que tornam um consórcio muito mais atrativo do que uma outra linha de crédito. O custo mais baixo, o risco também mais baixo, a melhora de um planejamento financeiro em longo prazo, menos burocracia para adquirir um bem, aquisição do bem com parcelas integrais. Como vou estar pagando o imóvel à vista, então eu tenho esse poder de negociação. Além disso, ajuda a formar um patrimônio, pois, a partir do momento em que eu efetivo a carta, já posso somar com o valor total”, exalta. Também de acordo com Ferreira, outra vantagem que acaba sendo um atrativo do consórcio é a variedade de aquisições que ele possibilita. “Eu costumo falar que você pode trabalhar o consórcio do básico ao acabamento. Ele tem uma infinidade de projetos, para adquirir um avião, uma moto, um projeto para um imóvel, para uma construção, uma reforma, posso utilizá-lo também no ramo dos serviços”, exemplifica. “O consórcio é interessante porque ele é um produto que vale a pena em todos os cenários. Eu posso adquirir ele para ter como investimento, posso pegar uma carta e contemplar ela e ter um rendimento sobre a Selic mensal, eu posso adquirir ele e ter ele como uma reserva de investimento. Posso também planejar um projeto futuro para adquirir um bem ou até mesmo um projeto em curto prazo, posso efetivar, colocar em um grupo com um alto potencial de contemplação sobre o lance que eu tenho para ofertar para adquirir um bem e sem pagar juros, praticamente eu vou pagar só a taxa de administração, que é taxa fixa, diluída em todo o plano”, opina. Já o economista Michel Constantino faz um alerta sobre as atualizações que o bem pode ter, o que consequentemente altera o valor da parcela, além do momento econômico atual. “O consórcio é uma opção ao financiamento, mas é preciso cautela para avaliar, pois o consórcio depende de recurso para dar lance, e é importante ressaltar que o valor da parcela de consórcio muda conforme a atualização do bem”, detalha. “No momento, a alternativa é esperar, deixar para fazer financiamento ou outro tipo de investimento após o terceiro semestre, que deve ser quando os juros começam a reduzir”, acrescenta.

Aumento Os dados da Abac mostram que, nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, o Sistema de Consórcios teve crescimento nas vendas de novas cotas e nos negócios, com acumulado de adesões 11,8% acima do registrado no ano passado. O salto foi de 570,38 mil para 637,54 mil no bimestre. Ainda neste ano, os correspondentes contratos comercializados somaram R\$ 42,13 bilhões, valor que representa 20,7% acima dos R\$ 34,91 bilhões de 2022. Entre os tipos de aquisições, as de veículos leves lideraram, com 255,31 mil, seguidas de 207,24 mil de motocicletas, 105,35 mil de imóveis, 36,03 mil de veículos pesados, 26,17 mil de eletroeletrônicos e 7,44 mil de serviços. Ainda de acordo com a associação, o volume de consorciados ativos também aumentou e vem apresentando crescimento constante desde janeiro do ano passado, não tendo sido registrada nenhuma retração nos últimos 14 meses. Para o presidente-executivo da Abac, Paulo Roberto Rossi, o aumento na adesão no modelo de consórcios é um reflexo de maior planejamento por parte do consumidor. “No primeiro bimestre, ficou, mais uma vez, evidenciada a maturidade do consumidor que planeja o futuro ao controlar suas finanças pessoais”, diz. “Mesmo com os compromissos pessoais comuns na essa época, como as matrículas

escolares e os impostos veiculares, os mais conscientes sobre educação financeira administraram seus orçamentos e continuaram aderindo aos consórcios, com o objetivo de adquirir bens e contratar serviços, sem decisões por impulso”, avalia. Economia Ex-presidente da Caixa indicado por Bolsonaro vira réu por casos de assédio sexual A denúncia foi ajuizada pela Procuradoria da República no Distrito Federal no final do ano passado. O caso está sob sigilo O ex-presidente da Caixa Econômica Federal Pedro Guimarães (foto) se tornou réu pelos casos de assédio sexual contra funcionários do banco. Indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Guimarães foi demitido do cargo em junho depois que as denúncias vieram à tona. A defesa dele nega as acusações. "A defesa de Pedro Guimarães nega taxativamente a prática de qualquer crime e tem certeza que durante a instrução a verdade virá à tona, com a sua absolvição. Ele confia na Justiça", disse o advogado José Luis de Oliveira Lima em nota. A denúncia foi ajuizada pela Procuradoria da República no Distrito Federal no final do ano passado. O caso está sob sigilo. O relato das vítimas inclui toques indesejados, convites inapropriados, além de assédio moral. No âmbito trabalhista, a Caixa aceitou fechar um acordo com o MPT (Ministério Público do Trabalho) para encerrar o processo sobre os casos de assédio sexual e moral ocorridos durante a gestão do ex-presidente. O documento ainda não foi homologado pela Justiça. O caso também está sob sigilo. A Folha apurou que o acordo prevê o pagamento de R\$ 10 milhões por danos morais coletivos. Inicialmente, o procurador do trabalho Paulo Neto pedia à Justiça o valor de R\$ 305 milhões "pela omissão na investigação de tais atos" e por responsabilização solidária. Uma audiência entre o MPT, o banco e Guimarães está marcada para o dia 11 de abril. A Justiça negou o pedido para que os ex-integrantes do Conselho de Administração da empresa também fossem condenados —o que incluía a atual presidente, Maria Rita Serrano, que à época era representante dos funcionários. O MPT também tenta um acordo com Guimarães para que ele seja obrigado a pagar algum valor a título de indenização por danos morais. Em setembro do ano passado, o procurador Paulo Neto pediu a Justiça o pagamento de R\$ 30,5 milhões pelas práticas de assédio sexual, moral e discriminação. Em outubro, a Justiça determinou que o banco adotasse oito medidas para combater práticas de assédio sexual, moral e discriminação —ficando proibida, por exemplo, de pesquisar o posicionamento político de funcionários que tentam cargos de gestão.



Foto: Bruno Henrique / Arquivo / Correio do Estado Foto: Divulgação

CORREIO DO ESTADO

Foto: Bruno Henrique / Arquivo / Correio do Estado Foto: Divulgação





Colunista
Paulo Vinícius Coelho-PVC
Esporte

